



## **PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: AUTOS CÍVEIS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO (1963-1965)**

Paula Évile Cardoso IC-Fecilcam/Fundação Araucária,  
Pedagogia, Fecilcam, [paulaevile@gmail.com](mailto:paulaevile@gmail.com)  
Me. Fábio André Hahn (OR), Fecilcam, [fabioandre@gmail.com](mailto:fabioandre@gmail.com)  
Dr. Frank Antônio Mezzomo (CO-OR), Fecilcam, [frankmezzomo@gmail.com](mailto:frankmezzomo@gmail.com)

### **1. Introdução**

Este projeto de Iniciação Científica buscou ordenar, higienizar e tratar os autos cíveis da Comarca de Campo Mourão entre os anos de 1963 a 1965. Dessa forma, conservando documentos constitutivos de um pequeno fragmento da história da região de Campo Mourão, pois como destaca o historiador Jacques Le Goff, a memória coletiva somente poderá ser constituída por dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Nesse sentido, os processos higienizados e tratados nessa pesquisa são parte dos documentos classificados por Le Goff. Essa documentação passa a constituir um caminho para a interpretação das mudanças sociais ocorridas nessa região.

A preservação do patrimônio histórico e da memória passou a ser valorizada com mais evidência a partir da década de 1930, mais especificamente com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no governo Getúlio Vargas (Lei nº378, de 13 de Janeiro de 1937). Com esse estímulo, passaram a surgir um maior número de Centros de Documentação, em sua maioria a partir dos anos de 1970, como é o caso do Centro de Documentação da UNESP/ASSIS.

Com as mudanças a partir da década de 1970, várias alterações e contribuições foram realizadas ao longo desse tempo. Nesse sentido, na FECILCAM foi criado em 2007 o grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder*, que por meio de uma das linhas de pesquisa *Estudos e organização de acervos documentais*, propôs vários projetos de Iniciação Científica, a fim de permitir uma maior convergência das atividades de pesquisa e preservação da documentação da região de Campo Mourão.

Nesse sentido, esta pesquisa realizada teve por objetivo dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa, nesse caso, mais especificamente ordenando, higienizando e tratando os processos entre os anos de 1963 a 1965, tendo em vista a preservação de parte da memória histórica da região. Uma vez que estes documentos são produtos da sociedade, podem ser fundamentais para a compreensão do contexto histórico, servindo também como fonte de pesquisa.

## 2. Materiais e Métodos

Um dos primeiros e possíveis passos para a efetivação da preservação da memória é preservar os documentos que nos ajudam a entender, neste caso, aspectos da história regional de Campo Mourão, combatendo os mecanismos da “amnésia social”. Portanto, a preservação documental é uma forma de fazer lembrar a sociedade daquilo que muitas pessoas gostariam de ter esquecido.<sup>1</sup> Para tanto, a conservação e higienização dos documentos é um passo fundamental.

A primeira etapa na metodologia do manejo adequado da documentação é a ordenação primária.<sup>2</sup> Essa primeira etapa permitiu com que fosse possível estimar o número de processos a serem higienizados e tratados, realizando uma ordenação cronológica e temática dos processos. Com isso foi possível fazer uma delimitação das seções e grupos para na sequência iniciar a higienização.<sup>3</sup>

A segunda etapa realizada no projeto foi à higienização adequada dos processos.<sup>4</sup> Essa é uma etapa muito importante, porque o objeto da nossa preservação é o documento, constituído pelo papel que é de fácil deteriorização, tendo como principais agentes inimigos da conservação: a poeira, fuligem, mofo, umidade e outras impurezas.<sup>5</sup> Para resolver esse problema e garantir a preservação dos documentos e de suas informações realizamos a higienização. O método de higienização segue alguns procedimentos práticos que permite o seguimento de algumas etapas. A literatura enfatiza a necessidade da higienização mecânica a seco com pincel, trincha e brocha.<sup>6</sup> A higienização corresponde à retirada de grampos, prendedores metálicos, adesivos, etiquetas e cliques, para na sequência retirar a poeira e outros resíduos estranhos, seguindo técnicas adequadas para cada documento.<sup>7</sup>

<sup>1</sup> BURKE, Peter. *Variiedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>2</sup> No caso da Ordenação primária segue-se a metodologia sugerida por Heloisa Bellotto. Conferir BELLOTTO, Heloisa Liberali. “A Ordenação Interna dos Fundos”. In: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991, p. 92-102.

<sup>3</sup> As seções ou grupos correspondem a primeira divisão dos documentos do fundo, correspondendo a divisão em escala hierárquica.

<sup>4</sup> Seguindo a observação de CASSARES, alguns materiais parecem serem indispensáveis, como: Pincéis, Flanelas, Aspirador de pó, Bisturi, pinça, espátula, agulha, cotonete, Borrachas de Vinil, Raladores de plástico ou aço inox, Fita-crepe, lápis de borracha, Luvas látex e de algodão, Máscaras, Papel mata-borrão, Pesos, Poliéster, Folhas de papel siliconado, Microscópios, Cola metilcelulosa e Lápis HB.

<sup>5</sup> YAMASHIA, Marina Mayumi & PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. In: [www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 177, ago.dez. 2006. Acesso em 05 de Março de 2008.

<sup>6</sup> Idem, p. 177.

<sup>7</sup> Conferir sobre a definição desse método em: BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. A. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 1996, p. 42; CASSARES, N. C.; MOI, C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do

O método utilizado nesse trabalho de higienização seguiu os procedimentos desenvolvidos por Marina Mayumi Yamashia e Fátima Aparecida Colombo Paletta que sugerem as seguintes etapas:<sup>8</sup> Em primeiro, o trabalho é a de retirar os prendedores como os grampos e os cliques. A segunda é a limpeza do documento folha por folha, com a utilização da trincha, retirando todas as impurezas como a poeira que se sedimenta ao longo dos anos. Esse trabalho de higienização foi desenvolvido em um local adequado, constando mesas para higienização e tendo a disposição materiais como: luvas e máscaras descartáveis, óculos de proteção e jaleco.

Terminado o trabalho de higienização, foi realizado o tratamento primário dos Processos Cíveis. Esse tratamento é composto pelo arquivamento em caixas arquivos específicas, fato que possibilita uma organização inicial para o trabalho das etapas seguintes, que não constam entre os objetivos desse projeto, que é a organização secundária, catalogação e descrição dos autos.

### 3. Resultados

O objetivo principal do projeto foi realizar a ordenação, higienização e tratamento dos autos cíveis entre os anos de 1963 a 1965. Os processos referentes a esses anos foram todos adequadamente ordenados, higienizados e tratados, portanto o objetivo proposto foi alcançado. O número de processos segue a seguinte ordem: 44 autos do ano de 1963, 116 referentes ao ano de 1964 e 60 autos do ano de 1965, totalizando 220 autos cíveis.

Segue a baixo o número e a tipologia dos processos mais frequentes entre 1963-1965 na comarca de Campo Mourão:

Autos de:	1963	1964	1965
Ação de execução e penhor	2	2	1
Ação rescisória	-	1	-
Ação Cominatória	-	1	-
Busca e Apreensão	-	1	-
Ação Executiva	8	22	15
Alvará para menor trabalhar	26	47	12
Alvará Judicial	1	8	7
Reclamação trabalhista	-	6	-
Ação ordinária de cobrança	-	1	-
Interdito Proibitório	-	1	-
Arresto	-	3	-
Ação de Manutenção de posse	-	1	-

Estado: Imprensa Oficial, 2000, p. 31; COBRA, M. J. T. *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*. Brasília: Edições Cobra Pages, 2003, p. 56.

<sup>8</sup> YAMASHIA, Marina Mayumi & PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Op. cit., p. 172-184.



Sequestro	-	3	-
Ação declaratória de nulidade de nota promissória	-	1	-
Tutela	-	2	-
Pedido de Nomeação	-	2	-
Homologação Judicial	-	2	-
Impugnação de inscrição	-	1	-
Ação de desapropriação	-	1	-
Ação ordinária de Indenização	-	1	-
Ação de Cobrança	-	3	-
Ação de Reintegração de posse	2	1	-
Ação reivindicatória	-	1	-
Consignação em pagamento	-	3	-
Notificação	1	1	3
Inscrição em Concurso	2	-	-
Pedido de Licença	1	-	4
Assistência judiciária	1	-	-
Ação de despejo	-	-	4
Embargo de Terceiros	-	-	2
Pedido de Férias	-	-	3
Ação Executiva de Hipoteca	-	-	2
Carta Predatória	-	-	2
Ação de Anulação de Escritura	-	-	1
Justificação	-	-	1
Ação Judiciária	-	-	1
Ação Ordinária de Responsabilidade Civil	-	-	1
Ação Ordinária de Indenização Percas e Danos	-	-	1
TOTAL	44	116	60

Os autos cíveis referentes a esses anos podem ser classificados de diferentes formas, destacando que todos os autos foram escritos por oficiais públicos em circunstâncias autênticas. A maioria desses processos pode ser classificada como:

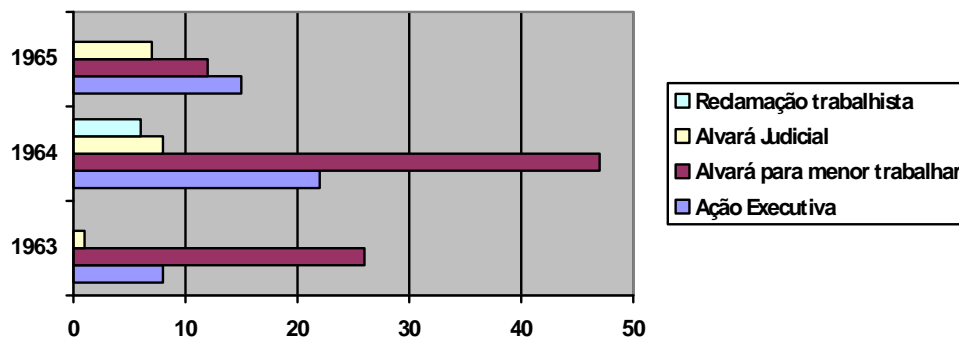
1 - Alvarás para que menores pudessem trabalhar. Esses alvarás são uma forma de autorização do juiz, permitindo com que menores trabalhassem legalmente;

2 – Ação executiva. Pela qual o devedor pode ser intimidado pelo seu credor, em que a dívida já está vencida, sendo que na falta de pagamento pode ter uma penhora imediata de seus bens suficientes para pagar a dívida.

3 - Alvarás judiciais. Essas eram formas da fazenda pública federal, estadual ou municipal, realizar a cobrança de dívidas provenientes de impostos, multas, taxas e aluguéis;

4 - Reclamações trabalhistas. Esses são autos no qual os indivíduos recorriam procurando fazer valer os seus direitos.

Assim como pode mostrar o gráfico a baixo, a quantidade desses processos de 1963 a 1965:



Essas são algumas das principais classificações dos processos ordenados, higienizados e tratados, sendo que outros autos isolados tratam de temas diversos. Porém, pode-se observar que há um grande número de alvarás para menor trabalhar. Fato que chamou a atenção, embora a análise desses dos processos não estão entre os objetivos desse artigo, mas a apresentação das possibilidades de investigação por meio desses processos.

Os objetivos do projeto foram concluídos na metade do período de vigência proposto, portanto bem antes do prazo estimado. Nesse sentido, foi realizada a ampliação das metas do projeto, a fim de estender a meta proposta e dar continuidade aos trabalhos. Com isso, a nova meta estipulada compreendia a ordenação, higienização e tratamento dos processos referentes aos anos de 1966, 1971 e 1972, totalizando 1.711 processos cíveis. Todos esses processos foram ordenados, higienizados e tratados, estando disponíveis para a realização da descrição e catalogação, atividades que estão em andamento.

Seque a tabela do número de processos ordenados, higienizados e tratados:

<b>ANO</b>	<b>Nº DE AUTOS HIGIENIZADOS/TRATADOS</b>
1966	125
1971	1083
1972	503
<b>TOTAL</b>	<b>1711</b>





O primeiro fato que chama a atenção é o número de processos que varia de um ano ao outro. Entretanto, não foi possível no prazo do projeto realizar a investigação das causas dessa diferença quantitativa de processos.

#### **4. Discussão**

Os documentos expostos relatam parte da história regional da comarca de Campo Mourão, mas é preciso ter claro, assim como alertou o historiador Jacques Le Goff, “o documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem consciente e inconsciente, da história, da época que o produziram” (LE GOFF, 1996: 537). Assim, por meio da preservação dessa documentação é possível questionar alguns discursos heróicos e fundadores, possibilitando construir novas interpretações sobre a nossa história, pautada em documentos processuais importantes, mas que necessitam serem avaliados nos aspectos que tendem aos jogos de interesse e as mudanças contextuais de uma década que iniciava um dos períodos políticos mais enérgicos da sua história: a ditadura militar. Uma vez que não podemos ignorar as relações de poder presentes dentro de uma sociedade, possuindo uma grande dimensão no processo social.

Desta forma a conservação da memória, uma vez que garantida pela Constituição Federal de 1988, no artigo 216, protege o patrimônio cultural brasileiro, sendo estes os bens de natureza material ou imaterial, nos quais fazem referência a identidade, ação e memória dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira. O artigo 23 no parágrafo III, protege os documentos, obras e outros bens de valor histórico e no parágrafo IV, a o impedimento da destruição de bens de valor histórico. Portanto, verifica-se uma preocupação com preservação da memória e do patrimônio histórico, mesmo em uma sociedade cada vez mais preocupada com a modernidade. Nesse sentido, a preservação documental realizada por meio dos projetos vinculados ao grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder* nos permite avaliar o movimento em busca dos fatos da nossa história, em que a comprovação documental tem grande força. Esse projeto visa disponibilizar em breve os processos elencados anteriormente, para que pesquisas a nível de graduação e pós-graduação possam ser viabilizadas.

#### **5. Conclusões**

Os processos ordenados, higienizados e tratados no decorrer desse projeto nos revelam uma série de aspectos importantes a respeito da história da região de Campo



Mourão. Os discursos ora de uma classe dominante ora de uma classe dominada, que entende que a Justiça é neutra, estiveram presentes nesses autos. Isso demonstra que as pessoas foram em busca dos seus direitos, procurando solucionar seus problemas.

De forma geral, é possível dizer que as etapas previstas nesse projeto foram alcançadas previamente e ampliadas, agilizando as possibilidades de acesso da comunidade acadêmica as informações tão importantes para a análise da região. As mudanças geradas na década de 1970, começam a fazer a diferença no cenário atual. É possível aos poucos verificar o interesse pela documentação que foi manuseada nesse projeto, certamente revelará novas possibilidades de pensar a nossa história. Se a década de 1970 foi fundamental no Brasil, por representar uma expansão dos centros de documentação em busca da preservação documental histórica, a Constituição Federal do Brasil em 1988, em seu artigo 216, assegurou o direito de conservação do patrimônio cultural. Portanto, amparado por lei, mas muito distante da realidade, é preciso dar o primeiro passo na consolidação dessa ideia. Acreditando que, além de servir de provas para os estudos dos pesquisadores possa também ser matéria de ensino e contribuição para aulas práticas.

Em suma, o projeto foi concluído, mas muito ainda existe por fazer. O grupo de pesquisa pretende ampliar sua abrangência documental, trabalhando em várias frentes e diferentes documentos como fotografias e entrevistas. Essa nova documentação irá dar ainda mais credibilidade aos processos tratados ao longo desse projeto. Com isso posto, podemos dizer que as leituras e análise da bibliografia contribuíram em muito para o amadurecimento da pesquisa, no qual foi possível compreender as novas técnicas utilizadas no manuseio da documentação e o maior rigor no trato dos mesmos, tendo em vista a fragilidade do papel e a dificuldade de sua preservação.

## 6. Referências

BELLOTTO, Heloisa Liberali. "A Ordenação Interna dos Fundos". In: **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

LE GOFF, J. "Documento/ Monumento". In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: Por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: A história e seus territórios: **Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Leopoldo: Oikos, 2008.



YAMASHIA, Marina Mayumi & PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais.** [www.arquivistica.net](http://www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 177, ago.dez. 2006.